

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E
CONJUTURA POLÍTICA

Um Periódico do Grupo de Pesquisa "Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento Eleitoral"

Ano 2 - N.11
Novembro de 2010
ISSN: 2176-4883



DOSSIÊ

ELEIÇÕES 2010: O BRASIL QUE SAIU DAS URNAS

Carlos Augusto Souza
Fabiano Santos
Pedro Ribeiro
Helcimara Telles
Carlos Ranulfo

Opinião

Cloves Luiz Pereira Oliveira

Resenha

Kátia Ferreira Gontijo



GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA: MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles, UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE

Aquilles Magide – UFPE

Cloves Luiz Pereira Oliveira – UEFS

Dalmir Francisco - UFMG

Denise Paiva Ferreira - UFG

Gustavo Venturi Júnior - USP

Helcimara de Souza Telles - UFMG

Heloisa Dias Bezerra - UFG

Julian Borba - UFSC

Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Ademir de Oliveira - UFSJ

Luiz Cláudio Lourenço - UFBA

Malco Braga Camargos, - PUC-MINAS

Marcus Faria Figueiredo – IUPERJ

Mathieu Turgeon - UnB

Rubens de Toledo Júnior – UFBA

Silvana Krause – UFG

Yan de Souza Carreirão - UFPR

Jornalista Responsável

Carlos Eduardo Morais Freitas

Equipe Técnica:

Aline Burni Pereira Gomes

Hugo Mateus Gonçalves Rocha

Bruna Braga de Noronha

Paulo Victor Teixeira Pereira de Melo

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política – DCP

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte

Minas Gerais – Brasil - 30850-021

+ (55) 31 3409 5007

email: marketing-politico@uol.com.br

As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores.

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano II, Número XI, Novembro de 2010.

SUMÁRIO

Editorial	4-6
Dossiê: “Eleições 2010: o Brasil que saiu das urnas”.	
• A vitória da democracia Carlos Augusto Silva e Souza	7-10
• Eleições 2010 e o debate que poderia ter sido Fabiano Santos	11-15
• Realinhamento, Síndrome do Flamengo e a social democracia brasileira: breves reflexões sobre a última disputa presidencial Pedro Floriano Ribeiro	16-21
• Jovens eleitores: decifra-me ou te devoro Helcimara de Souza Telles	22-27
• Eleições 2010: pouca coisa mudou Carlos Ranulfo Melo	28-31
Opinião	
• Só falta ultrapassar agora a barreira racial Cloves Luiz Pereira Oliveira	32-36
Resenha	
• Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? Kátia Gontijo Ferreira	37-41
Colaboradores desta edição	42-43

EDITORIAL

Eleições 2010: O Brasil que saiu das urnas

Concluído mais um processo eleitoral para a escolha do trigésimo sexto presidente do país, em um disputadíssimo segundo turno, é chegada a hora de se pensar e debater sobre o legado deste processo e o significado da eleição da primeira mulher presidente do Brasil. É também esta a primeira vez, desde o processo de redemocratização, iniciado nos anos 80, que um presidente consegue eleger o seu sucessor.

O periódico *Em Debate* do mês de novembro traz como tema “Eleições 2010: o Brasil que saiu das urnas”, no sentido de analisar o desfecho das eleições e levantar discussões sobre as relações políticas que ocorrerão nos próximos quatro anos e as prováveis mudanças nos âmbitos dos governos estaduais e federal. Os artigos também analisam aspectos referentes às campanhas, formuladas a partir de temas polêmicos e valores morais.

Carlos Augusto da Silva e Souza, professor da Universidade Federal do Pará, avalia a democracia brasileira, considerando a eleição de Dilma Rousseff como resultado da avaliação positiva do eleitor em relação às medidas socioeconômicas características do governo Lula da Silva. O autor analisa o atual momento de estabilidade política e ressalta ser esse o período mais longo de um regime democrático brasileiro em que não houve interferências diretas no resultado do pleito.

O artigo de Fabiano Santos, professor da IESP/UERJ, discute as eleições na perspectiva de um debate entre candidatos à presidência, pontuado de ataques e críticas ao governo. Santos faz uma análise também sobre o que se falou acerca da grande aprovação de Lula, argumentada pela oposição como uma “sorte” do governante que chegou à presidência em um momento de maré positiva e de crescimento. Para a oposição, Lula teria sido herdeiro de práticas positivas de governantes anteriores. O autor contesta tais afirmações, ressaltando que houve a criação de programas que não se faziam presentes antes dos oito anos de administração do governo atual.

O professor Pedro Ribeiro, da Universidade Federal de São Carlos, reflete em seu artigo sobre a última disputa presidencial e as implicações das posturas dos partidos na campanha eleitoral. Ribeiro analisa as principais alterações no conceito do eleitor em relação ao fato de ser a primeira eleição pós-redemocratização sem Lula como candidato e demonstra empiricamente sobre a aceitação do presidente na corrida presidencial de 2006. O texto é concluído com a reflexão a respeito da posição social-democrata evidenciada pelo Partido dos Trabalhadores. A partir do governo petista, o PSDB é pressionado a reorientar suas bases eleitorais, modelos de gestão e posicionamentos que não condizem com a proposta e com a ideologia que deram origem à legenda.

Helcimara de Souza Telles, professora da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa os valores da juventude, ressaltados nas presidenciais de 2010. Fazendo uso de pesquisa de opinião realizada em Belo Horizonte, a autora interpreta os valores, atitudes e condutas dos eleitores jovens da capital mineira. A pesquisa revela o ingresso de novos valores pós-materialistas, principalmente relacionados ao desenvolvimento auto-sustentável, entre os jovens, além de indícios de conservadorismo no trato com os direitos da quarta geração, sobretudo a aceitação das orientações homo afetivas. Helcimara Telles conclui acerca da necessidade de reflexão sobre as preferências dos jovens na agenda pública.

Carlos Ranulfo Melo, da Universidade Federal de Minas Gerais, discute em seu artigo sobre a bipolarização partidária, que ocorre na disputa eleitoral brasileira, desde as primeiras eleições após a redemocratização. O autor analisa as principais variações dos partidos, no que se refere à disposição das forças que compõe o congresso, tendo como referencia as bancadas partidárias no Legislativo. Além da dimensão legislativa, Ranulfo destaca o crescimento de legendas como o PSB nos governos estaduais, a manutenção de poder do PT e PSDB na esfera estadual e o decréscimo de cargos eletivos no executivo e legislativo, no caso do DEM.

Na seção Opinião, Cloves Luiz Pereira Oliveira, da Universidade Federal de Feira de Santana, compara a realidade brasileira à americana. Mesmo sendo os EUA um país com uma história recente de segregação racial, nas últimas décadas os negros estão presentes em alguns dos principais cargos de poder dos EUA. O artigo de Oliveira, apesar de considerar um progresso a eleição de uma mulher à

presidência da república, discute a barreira racial que permanece no Brasil e analisa os motivos que ainda impedem o crescimento de representantes negros em cargos eletivos, sobretudo no Legislativo federal e no Executivo.

Na seção Resenha, Kátia Ferreira Gontijo, professora da Universidade Presidente Antônio Carlos apresenta o livro de José Álvaro Moisés, intitulado “*Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?*”. A obra tem como tema principal a reflexão sobre os motivos que fazem o cidadão brasileiro ser descrente em relação às entidades governamentais.

A VITÓRIA DA DEMOCRACIA

The Democracy's victory

Carlos Augusto da Silva Souza

Universidade Federal do Pará – UFPA

✉ carlossouza@ufpa.br

A vitória de Dilma Rousseff na eleição de 2010, além do marco histórico que representa de ser a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da República do Brasil, parece indicar que a sociedade brasileira, principalmente a parcela representada pelos mais pobres, deseja a continuidade de um projeto político que tem na distribuição de renda e na inclusão social um dos seus eixos de sustentação. A vitória de Dilma, cuja campanha pautou-se claramente na manutenção e ampliação de programas sociais, significou a confiança de 56% do eleitorado brasileiro.

Além disso, o bom momento econômico vivido pelo país, cuja estimativa de crescimento para 2010 é de 7,5%, também penderam positivamente para Dilma, que herdou uma avaliação positiva da gestão de seu principal cabo eleitoral, o presidente Lula, que deve terminar seu mandato com índices de aprovação recordes, que ultrapassam a marca dos 80%.

Por outro lado, no campo das decisões legislativas, o eleitorado ofereceu a Dilma melhores condições de governabilidade, permitindo o crescimento da bancada governista no Congresso Nacional, o que possibilita à nova presidente maior capacidade de negociação com o Legislativo e maiores facilidades na aprovação de matérias de interesse do governo.

Neste sentido, o Brasil que saiu das urnas parece consolidar um sistema de governo que tem na vontade popular e na inclusão social sua expressão mais significativa. A geografia das urnas demonstra claramente que Dilma venceu com o aval da parcela mais pobre da população brasileira. No Nordeste, por exemplo, que se constitui na região mais beneficiada com os programas de transferência de renda, Dilma venceu em todos os Estados, com uma votação em torno de 70%

dos votos válidos. O mesmo ocorreu em municípios e áreas pobres de outras regiões e estados do Brasil.

A teoria política que em minha opinião melhor expressa os resultados eleitorais das últimas décadas é, sem dúvida, a teoria da escolha racional. Segundo esta teoria, em contextos democráticos, os eleitores desenvolvem um comportamento racional e tomam decisões a partir de uma avaliação sobre a variação de seu bem estar ao longo do tempo. Por esta razão, os indivíduos votam no candidato ou partido que ele acredita lhe proporcionará mais benefícios do que qualquer outro. A teoria da escolha racional tende a enfatizar a racionalidade da decisão do eleitor, que é capaz de reconhecer seus interesses e, em função disto, escolhe o candidato ou partido que está mais sintonizado com as suas rendas de utilidade.

Desta forma, a vitória de Dilma pode ser interpretada como a vontade do cidadão mais pobre em dar continuidade a um projeto político mais distributivista e mais inclusivo socialmente, que consiga reduzir a desigualdade e diminuir a situação de “*apartheid social*” que historicamente foi submetida a grande parte da população brasileira.

O Brasil em sua trajetória republicana, de certa forma, sempre bloqueou a construção de um sistema político verdadeiramente democrático que representasse as aspirações e os desejos da maioria da sociedade. O processo de modernização capitalista brasileiro ao longo do século XX construiu um projeto de representação que reproduzia os interesses das elites, estabelecendo práticas clientelistas, corporativas, sem institucionalidade verdadeiramente democrática e sem participação verdadeiramente popular.

Num ensaio publicado em 1967, Carlos Nelson Coutinho já evidenciara que ao longo da história republicana brasileira a capacidade do povo em ser protagonista de mudanças sempre foi amputada pelos interesses de elites, muitas delas atrasadas, sem compromisso democrático e sem interesse em conduzir os rumos do país através da manifestação da vontade popular a partir do voto.

No Brasil, a modernização produtiva conferida pelo desenvolvimento do capitalismo industrial ao longo do século XX não permitiu, na mesma proporção, a incorporação do cidadão comum no exercício do poder. A sociedade urbanizou-se profundamente ao longo do tempo, possibilitando maior concentração de pessoas nos espaços das cidades. Isto poderia indicar maior grau de organização e participação dos indivíduos nas estruturas de poder, entretanto, as elites, de certa forma, com arranjos políticos, manobras institucionais e com a utilização do aparelho repressivo do Estado, sempre retardaram a ocupação efetiva do papel do cidadão no exercício democrático. Dessa forma, o Estado, que deveria ser público, foi em grande medida privatizado.

Durante nosso passado republicano, o país passou por nove grandes transformações políticas com importantes impactos na estrutura política/social, entretanto, poucas vezes o agente dessas mudanças foram os cidadãos através do voto. Em grande parte de nossa história republicana, sempre que a camada mais pobre da sociedade ganhava algum tipo de espaço político através do sistema eleitoral, as elites conservadoras, através de manobras antidemocráticas, amputavam o livre exercício do direito de escolha¹.

Apesar da longevidade do sistema republicano brasileiro, nesta última eleição, os brasileiros puderam escolher pela sexta vez consecutiva o chefe da nação. Em nenhuma outra etapa de nossa história os cidadãos puderam eleger seu governante tantas vezes sem interrupção. Sempre que o cidadão, ao participar do processo de escolha, legitimava representantes que contrariavam interesses de grupos oligárquicos, os golpes e contragolpes eram utilizados como forma de “virar o jogo” a favor das elites. A repetição do ato de votar é fundamental para a consolidação democrática, porque acaba criando uma pressão por mudança. Com a experiência, o eleitor aprende a distinguir os partidos e candidatos comprometidos com seus interesses e acaba rejeitando políticos sem compromisso social. Como consequência, diminui o poder das elites em impor políticas públicas particularistas.

Atualmente, sobre pressão dos cidadãos, tem melhorado sensivelmente o poder de fiscalização e cobrança dos indivíduos sobre aqueles a quem elegem. Até os anos 80 era extremamente difícil acompanhar o comportamento do político na sua relação com a coisa pública. Era impossível, por exemplo, checar como um governador gastava o dinheiro público. Com a modernização do sistema de informação, conferida pela informática, e com a atualização da legislação, os eleitores conseguiram ter acesso a muitas informações que antes ficavam escondidas. Hoje, o custo da corrupção e do personalismo ficou mais alto. É mais fácil distinguir os políticos que trabalham em prol da sociedade daqueles que trabalham visando interesses próprios. Com a massificação dos instrumentos de comunicação, o eleitor tornou-se mais informado e mais consciente das possibilidades da política. Na democracia que foi construída a partir da década de 1990 se tornou cada vez mais difícil excluir o cidadão comum da vida pública.

Acredito que o resultado das urnas, não apenas no caso da vitória de Dilma, mas considerando as últimas eleições, represente a resposta da sociedade, que hoje dispõe de um diagnóstico mais consciente da capacidade de

¹ A amputação do direito do cidadão comum em participar da formação do poder político ocorreu em vários períodos da vida republicana brasileira, notadamente durante O Estado Novo (1937 a 1945) e Ditadura Militar (1964 a 1985).

transformação do voto e quais os interesses e programas defendidos pelas agremiações partidárias. Em consequência, surge um Estado mais conectado com a diversidade social e uma sociedade mais disposta a reagir contra a exclusão social e a concentração da riqueza nas mãos de poucos. O Brasil que está saindo das urnas nas últimas décadas é fruto de uma nova relação entre o Estado e a sociedade que tem por base o fortalecimento da democracia, conferindo ao cidadão seu lugar efetivo na arena política.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Literatura e humanismo. Ensaios de crítica marxista*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política? Idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

DAHL, Robert. *Um prefácio a teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

ELEIÇÕES 2010 E O DEBATE QUE PODERIA TER SIDO

2010 elections and the debate that could have been

Fabiano Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

✉ fsantos@iesp.uerj.br

O presidente Lula, ao passar a faixa presidencial para Dilma Rousseff em 01 de janeiro de 2011, alcançará feito excepcional na política brasileira. Pela primeira vez em nossa história, um presidente é eleito, reeleito e obtém sucesso na sucessão. Tudo isso conforme os ditames institucionais da democracia, sem rupturas, viradas de mesa ou alteração das regras do jogo enquanto este é jogado. A despeito do feito, contudo, é freqüente ouvir de analistas que o personagem Luiz Inácio Lula da Silva não possui nenhuma grande qualidade que o diferencie das demais lideranças que têm disputado o cenário eleitoral em tempos recentes. Tratar-se-ia de político dotado sim de algum senso de oportunidade e que, aproveitando-se de contexto favorável para o país, soube transmutar em seu favor benefícios para a população cuja origem decorreria de anos de esforço de governantes pretéritos e de conjuntura internacional pouco hostil. Em uma palavra, Lula seria um “cara de muita sorte”.

A principal função do argumento da “sorte” consiste em buscar explicação para o fato de que o presidente goza de níveis recordes de apoio popular, níveis confirmados pelos principais institutos de pesquisa do país. Teria sido o povo brasileiro, algo em torno de 86% de seu contingente, inteiramente incapaz de perceber a complexidade do fenômeno político, sendo assim vítima de alguém que nada mais fez do que manipular suas emoções? Consistiria a virtude de Lula apenas em sua singular capacidade de “ler” a correlação de forças interna e deixar fluir livremente os benefícios que

políticas criadas no passado e uma conjuntura externa favorável automática e necessariamente haveriam de produzir? Por que Lula afinal é tão popular?

O argumento da pura sorte padece de um defeito de origem e seus defensores deveriam pensar seriamente em retornar aos cursos, às leituras teóricas e experiências históricas e recentes. Desde Maquiavel, aprendemos que o líder político, para ser minimamente eficiente, deve conjugar fortuna, isto é, sorte (sem sorte, como diria Nelson Rodrigues, podemos morrer atropelados por uma carroçinha da Kibon), e *virtú*, ou seja, a virtude política, a capacidade de examinar a conjuntura e avançar em seu projeto de poder. Abandonemos, pois, o argumento da pura sorte. É possível imaginar, contudo, em versões mais sofisticadas da perspectiva que usa a variável “fortuna” como parâmetro explicativo, perspectivas que oferecem interessantes oportunidades de análise. Senão vejamos.

O pleito eleitoral de outubro, na verdade, teria sido excelente oportunidade para uma discussão coletiva em torno da seguinte disjuntiva: a) seria Lula apenas uma liderança carismática, populista e que se aproveitou do legado institucional “getulista” e “peronista” de inserção das massas na política “pelo alto”, um retorno do que sempre vimos na América Latina (e que aqui teríamos a versão estilizada do argumento da sorte); ou b) estaríamos diante de mudanças institucionais e orgânicas na política brasileira? Segundo esta segunda linha de análise, Lula não seria um populista afortunado. Seria, sim, uma das lideranças, talvez a mais importante delas, de um processo lento, contínuo e consistente de aperfeiçoamento das práticas e instituições políticas brasileiras. Ainda segundo tal perspectiva, Lula não seria um personagem político mítico ou com pretensões a tal. Teria sido um líder de origem sindical que soube ocupar o vazio institucional existente na esquerda brasileira em meados dos anos 70. Observando tal vazio, tratou de construir instituições, uma central sindical (a CUT) e um partido político (o PT), em torno dos quais se aglutinariam forças políticas e sociais interessadas em um projeto de socialismo democrático.

Difícil saber quem tem razão. Interpretar a realidade, isto é, usar palavras para descrever aquilo que ocorre em um país, pode ser feito de inúmeras maneiras. Cabe, todavia, à comunidade de analistas, acadêmicos e jornalistas debruçados sobre o cotidiano da política articular critérios minimamente consensuais, tendo em vista aferir a força do melhor

argumento, daquele, afinal, que demonstrou possuir mais consistência, dada a evolução dos acontecimentos.

Por exemplo, líderes populistas com pretensões míticas costumam ter dificuldade em fazer sucessores, além de atrapalhar os governantes que lhe sucedem. Ademais, as coalizões montadas em seu apoio não têm continuidade após sua saída de cena. Suas políticas, econômicas e sociais, em curto intervalo de tempo passam a “fazer água”, por serem frágeis e puramente eleitoreiras. A inserção política das massas é pura ilusão e controlada por burocratas ligados emocionalmente ao líder. O período eleitoral e seu pós poderiam assim ter servido para a observação da medida em que tudo que ocorreu nos últimos 8 anos não teria passado de mera ilusão de mudança, sob a qual repousariam tão somente processos de reedição do passado - de roupagem globalizante, talvez. Alternativamente, e a crer na segunda linha de análise defendida acima, as eleições e seu após poderiam ter servido para a observação da medida em que estamos diante de processo de evolução institucional consistente, com efeitos positivos sobre os desideratos de desenvolvimento econômico e incorporação social das camadas historicamente desfavorecidas. Em suma, poderíamos ter observado se Lula é apenas um cara de sorte, dotado de alguma sabedoria política, ou se se trata de liderança dotada de forte visão orgânica da política.

A campanha eleitoral de 2010, infelizmente, e, sobretudo ao final do primeiro turno e ao longo de todo o mês de outubro, período em que se deu o embate final, frustrou a expectativa de aferir a força explicativa das duas linhas de análise em disputa. E isto por um motivo simples: a oposição optou por não competir no terreno propriamente político. A moderna literatura sobre campanhas eleitorais identifica fundamentalmente duas estratégias utilizadas por partidos e candidatos durante um processo eleitoral qualquer. Uma primeira é a que centra a discussão em torno de políticas. Quais as que foram bem sucedidas, quais ainda precisam de aperfeiçoamentos, e quais devem ser definitivamente abandonadas? Estas são as perguntas centrais desta linha de ação. Uma segunda é chamada de temas de valência e gira ao redor de características pessoais, consideradas boas ou ruins das diferentes candidaturas. Honestidade, competência, experiência, carisma são os termos que imediatamente vêm à mente.

O errático caminho percorrido ao longo da campanha por José Serra exprimiu, na verdade, oscilações naturais de uma candidatura que, de partida, encontra-se em desvantagem no contexto dos *policy issues*. Desde que

confirmou sua disposição de competir, Serra procurou mostrar que no terreno das políticas (estratégia 1 acima) muita coisa ainda estaria por fazer para que os brasileiros tivessem motivos reais para comemorar. Experimentou-se caminho que, contudo, revelou-se insuficiente para conter o avanço da candidatura governista de Dilma Rousseff nas sondagens de intenção de voto. A psicologia do eleitor prejudicou a oposição neste quesito. O governo tem sido bem avaliado, suas políticas têm sido bem avaliadas: o termo de comparação utilizado pelo votante comum parece ter sido a sua vida, antes e depois do que ocorreu ao longo dos dois mandatos de Lula, principalmente do último, período durante o qual, aliás, Dilma Rousseff esteve à frente dos principais projetos do governo.

Se a discussão permanecesse exclusivamente no terreno de políticas, é bem provável que os pontos de ataque da oposição não decantassem a tempo de reverter a vitória governista já no primeiro turno. A escolha, neste último caso, seria uma questão de projeção para o futuro. Plantar o tema nas eleições para que candidaturas oposicionistas pudessem colher seus frutos mais a frente, por Aécio Neves em 2014, por exemplo. Este parece ser o caso dos impostos – o que fazer para melhorar a estrutura da arrecadação, alterar seu perfil de forma a torná-la mais justa e mais propensa ao desenvolvimento e à iniciativa individual?

Mas Serra tinha pressa, tendo sido a questão partidária aparentemente menor vis-à-vis sua certeza de que o Brasil merecia a chance de por ele ser governado. A estratégia 2 passou a ser o foco e junto a esta o despolitizante terreno da “valência”. Dossiês, boatos, escândalos, manipulação de informações e sentimentos religiosos tornaram-se objetos sucessivos de experimentos eleitorais, numa tresloucada empiria marqueteira. Não é exagero dizer que o eleitorado brasileiro foi submetido à constrangedora sessão de tentativa e erro, que, mais grave, acabou substituindo o debate em torno de projetos alternativos de desenvolvimento. Debate que, em momentos eleitorais, envolve um conjunto maior de atores, e não apenas aqueles que vivem o dia a dia da política.

É fato que argumentos obscurantistas povoaram a mente dos eleitores e acabaram criando um perigoso caldo de cultura reacionário – e isto, certamente, por conta da inesperada contribuição de Marina Silva à campanha. É certo, também, que José Serra não reconheceu a derrota, numa lamentável demonstração de falta de espírito democrático. Esses dois fatores justificam

boa dose de preocupação com os primeiros momentos do governo que terá início em janeiro. Outros sinais, entretanto, levam a visões um pouco menos nebulosas. Na ausência de Lula da cédula de votação, mantém-se a plausibilidade de pensar que o eleitorado decidiu dar a vitória ao governo, no Congresso e depois na eleição presidencial, por conta de avaliação feita de seu desempenho à frente de políticas públicas de crescimento com distribuição de renda. Perde força, sobretudo, o argumento de acordo com o qual Lula seria um personagem de sorte cuja única virtude teria sido reeditar os velhos gatilhos do corporativismo estatal e o populismo distributivista. Essencialmente, talvez, e finalmente, o cenário para 2014 tornou-se ainda mais claro: temos, de um lado, o PSDB, que assumiu sua vocação direitista além de ter descoberto uma clientela de potencial não desprezível, e, de outro, o PT e seus coligados à esquerda e ao centro, cuja única estratégia é fazer mais do mesmo, a saber, mais políticas de crescimento e distribuição de renda. Estratégias dominantes de ambas as partes, jogo simples e de solução óbvia...

REALINHAMENTO, SÍNDROME DO FLAMENGO E A SOCIAL-DEMOCRACIA BRASILEIRA: BREVES REFLEXÕES SOBRE A ÚLTIMA DISPUTA PRESIDENCIAL

Realignment, “Flamengo’s” Syndrome and the Brazilian social-democracy: brief notes on the last presidential elections

Pedro Floriano Ribeiro

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

✉ pfribeiro@ufscar.br

A eleição presidencial de 2010 se mostrou a mais acirrada desde o pleito de 1989, quando Collor e Lula protagonizaram uma contenda encarniçada no segundo turno. Ao mesmo tempo, a disputa jogou por terra os prognósticos segundo os quais teríamos – baseados nos currículos dos três candidatos favoritos – um debate de nível razoável, ao redor de propostas ao menos aparentemente sérias para o país. O que se viu, especialmente entre os dois postulantes que chegaram ao segundo turno, foi lamentável. De um lado, José Serra, o candidato sem candidatura, iniciou uma improvável cruzada moralista-religiosa que faria corar até as vivandeiras alvoroçadas que rondavam os quartéis no período pré-1964. Já a candidatura governista empreendeu uma campanha insossa e distante da realidade no primeiro turno, especialmente na televisão, ao abrir mão de recursos eminentemente *políticos* – ou a demorar a utilizá-los. A comparação entre as gestões Lula e FHC e a exploração da ampla rede de apoio formada pelos governadores favoritos na maioria dos estados foram deixadas de lado, sendo trazidas com força ao cenário apenas no segundo turno – quando, caindo na armadilha lançada por Serra, Dilma Rousseff faria graves concessões ao conservadorismo religioso que viceja em certas regiões do país.

Analisando ainda no calor da hora, a opção final do eleitorado pela continuidade da gestão petista levanta considerações sobre (ao menos) dois aspectos cruciais. Em primeiro lugar, os significados embutidos na renovação do apoio popular ao projeto de Lula e do PT; por outro lado, o futuro do bloco oposicionista, e a disputa que se esboça em torno da própria definição desse futuro. Os próximos parágrafos trazem breves – e despretensiosas – reflexões acerca dessas questões.

De Lula a Dilma

A base eleitoral que levou Dilma à Presidência possui um perfil socioeconômico muito semelhante à que reelegeu Lula em 2006. Tanto numa disputa quanto noutra, o apoio ao candidato petista foi maior entre os estratos de menor renda e escolaridade, com o principal candidato da oposição sustentando sua votação em uma base de perfil inverso – perfis que se delinearão já no primeiro turno, acentuando-se posteriormente. Para não me alongar em fato amplamente conhecido, basta citar que, antes da votação final em 2006, Lula possuía 69% das intenções de voto entre o eleitorado de menor renda, 59% no estrato seguinte (2 a 5 salários mínimos), 49% na faixa de 5 a 10 salários mínimos, e 44% entre os cidadãos mais ricos. Nas mesmas faixas, Dilma ostentava respectivamente os índices de 61%, 54%, 49% e 42%, com Serra apresentando um desempenho bastante próximo, obviamente, ao que Alckmin tivera em 2006¹.

Longe de indicar a existência de uma divisão social ou classista acentuada no país – já que Lula/Dilma tiveram votações expressivas também nos estratos de maior renda e escolaridade – as diferenças socioeconômicas constituem, no entanto, a característica mais relevante em termos das bases de apoio aos candidatos do PT e do PSDB. Esse é o ponto mais importante a ser investigado, e não uma suposta divisão do país entre um norte/nordeste lulista e um sul/sudeste oposicionista, idéia amplamente defendida por alguns analistas e pelo *mainstream* jornalístico, especialmente o televisivo, com seus mapas coloridos entre estados azuis e vermelhos, numa clara e capenga emulação das coberturas feitas pelas emissoras norte-americanas – desconsiderando, deliberadamente ou apenas por ignorância, as diferenças entre os sistemas eleitorais dos dois países².

Os números acima também indicam uma mudança da base petista: até 2002, o Partido dos Trabalhadores e Lula desfrutavam de maior apoio entre um

¹ Votos válidos, nas últimas pesquisas Datafolha antes da votação de segundo turno.

² Nos EUA, o vencedor em cada estado leva todos os delegados daquele estado para o Colégio Eleitoral que indicará o presidente, o que justifica o mapeamento entre estados democratas e republicanos.

eleitorado nitidamente de classe média, com especial inserção entre os estratos de maior escolaridade. Atento a esse fenômeno, André Singer vem defendendo a tese do *realinhamento* do eleitorado brasileiro entre 2002 e 2006, com a adesão das massas (do subproletariado, em sua terminologia) ao projeto lulista e o afastamento de setores de classe média a partir dos escândalos de 2005 (Singer, 2009)³. Não há dúvidas quanto a esse realinhamento, bem apontado pelo autor e por outros pesquisadores – e que extravasou o apoio eleitoral a Lula/Dilma, já que pesquisas de preferência partidária também passaram a delinear um perfil mais popular do eleitorado simpático ao PT (Veiga, 2007; Samuels, 2008).

A vitória de Dilma veio confirmar a força desse realinhamento. A pergunta que cabe, então, diz respeito aos fundamentos dessa adesão em termos do comportamento do eleitor. Para Singer (2009), trata-se da adesão a um projeto de inclusão social e redistribuição de renda dentro da ordem, que conformaria uma espécie de *New Deal* brasileiro, um pacto de longa duração e de ampla aceitação na sociedade – inclusive pela oposição moderada, fadada ao fracasso eleitoral caso proponha a reversão de tais mecanismos. Se Singer enxerga uma resposta consciente dos estratos mais beneficiados pelas políticas governistas, cabe levantar uma hipótese alternativa: não estaríamos diante de uma reedição da clássica tese da “síndrome do Flamengo” de Fábio Wanderley Reis, com o apoio *desideologizado*, difuso e afetivo ao PT e a Lula (com este “puxando” o apoio àquele), numa identificação desprovida de conteúdos substantivos? Simplificações cognitivas que, um dia, resultaram em apoio popular maciço ao antigo MDB.

Na essência, uma questão-chave distingue a tese de Singer da hipótese alternativa: o peso da racionalidade na adesão ao PT e a Lula. Nesse ponto, a eleição presidencial de 2010 poderia ter se constituído em prova de fogo para avaliar em que medida o PT consegue sustentar tal identificação sem a figura carismática de Lula na urna eletrônica. Ao conseguir eleger uma candidata desprovida de capital eleitoral próprio, os líderes petistas poderiam sair da disputa proclamando o amplo apoio popular a um projeto eminentemente partidário (ou de um bloco de partidos), que vai além da figura de Lula. No entanto, a onipresença de Lula na campanha impediu tal avaliação, ao menos em um primeiro momento. Somente *surveys* pós-eleitorais podem indicar com mais precisão os fatores efetivamente mobilizados pelo eleitor na escolha da nova

³ Além do artigo citado, Singer explora sua tese em alguns textos publicados na imprensa: “O Lulismo e seu futuro”. *Revista Piauí*, n. 49, outubro de 2010, pp. 62-66. “A história e seus ardis: o lulismo posto à prova em 2010”. *Folha de S. Paulo*, 19 de setembro de 2010, Ilustríssima, pp. 4-5.

presidente – podendo levar à conclusão, inclusive, acerca de uma interessante e complexa mescla entre as duas hipóteses.

De qualquer modo, Singer tem razão quando aponta a progressiva consolidação de certo consenso na sociedade brasileira quanto ao caminho a ser trilhado nos próximos anos, combinando-se crescimento econômico, distribuição de renda e manutenção da ordem. Nesse sentido, sua perspectiva é próxima (mas com outros termos) à de Fábio Wanderley Reis (2010, pp. 70-74), quando este levanta, em artigo recente, a possibilidade de estar em curso a formação de um único centro social-democrata no Brasil, constituído principalmente por PT e PSDB: uma arena de disputa entre as duas forças definida em termos social-democratas, de modo similar ao que se deu na Europa ocidental no período pós-Segunda Guerra. Tal tese remete às reformulações programáticas que, cedo ou tarde, PT e PSDB deverão enfrentar.

A social-democracia no Brasil

Como afirma Reis (2010, p. 74), a entrada do PT nesse centro social-democrata decorre do duro aprendizado do partido com a crescente inserção institucional e, principalmente, com o exercício do governo federal na era Lula. Posso acrescentar que, além disso – e intimamente conectado ao êxito eleitoral, – a social-democratização do PT também resulta de transformações internas que tornaram o partido refém do sucesso eleitoral: a roda petista não gira mais sem o amplo acesso de seus membros aos cargos disponíveis nas diversas esferas governativas – incentivos seletivos que inevitavelmente conduziriam o partido à moderação (Ribeiro, 2010). De qualquer modo, o PT é, hoje, o genuíno partido brasileiro da social-democracia: práticas um tanto mais intervencionistas em termos do balanço entre Estado e mercado, amplas alianças políticas e sociais (inclusive com o empresariado), e uma base de massas, com forte inserção no meio sindical – isso é a social-democracia no mundo, e este é o PT. Claro está que não se trata da social-democracia clássica do imediato pós-Segunda Guerra, nem muito menos daquela do início do século 20. É uma social-democracia que, assim como nos países europeus, abraçou os cânones do modelo neoliberal de gestão macroeconômica. Nesse sentido, o fosso atual entre a prática do PT nos governos e o objetivo oficialmente defendido no programa é enorme: o artigo primeiro do estatuto petista continua a afirmar que a agremiação atua para “construir o socialismo democrático”⁴. A prática de uma social-democracia

⁴ Estatuto do PT. Aprovado em reunião do Diretório Nacional em 5 de outubro de 2007.

envergonhada não a torna menos social-democrata, no entanto, a despeito do evidente desconforto de muitos militantes e lideranças petistas quando confrontados com esse rótulo. Embora realizando, ao longo do governo Lula, um tipo de *aggiornamento* a conta-gotas, com a revisão pontual de várias de suas bandeiras históricas, o PT ainda deve passar por seu Bad Godesberg⁵, adequando seu programa à prática governativa desenvolvida em distintas esferas (o que dificilmente ocorrerá enquanto o partido estiver no governo federal).

Sair do armário representará um passo estratégico para o PT na disputa contra o PSDB, obrigando este a optar, no curto-médio prazo, entre duas possibilidades: disputar a bandeira que lhe confere o próprio nome, ou marchar de vez para a direita do espectro político. Para Reis (2010), a formação desse centro social-democrata se coaduna à presença de um PT moderado, de um lado, e de um PSDB que recupera o projeto que lhe deu origem, de outro – o que aponta, inclusive, para a alternativa de aliança estratégica entre as duas forças. O problema é que, enquanto o PT precisa ajustar seu programa à prática social-democrata que o tem caracterizado, o PSDB deve ajustar o seu a algo que *nunca* foi a social-democracia. A ausência de uma base de massas, uma estrutura interna que gira em torno de alguns poucos caciques, a falta de laços com o sindicalismo, e um período no governo federal marcado pelas privatizações, por drásticas restrições orçamentárias, e pelo sucateamento da máquina estatal são fatores que nada contribuem para criar e reforçar uma eventual identidade social-democrata para os peessedebistas. Em entrevista recente, Hélio Jaguaribe, um dos fundadores do partido, decretou que o PSDB perdeu não só a bandeira social-democrata para o PT: perdeu também a própria capacidade propositiva, de ter bandeiras próprias, reduzindo-se a um partido de “bons sujeitos”⁶.

Sendo assim, a formação de uma arena social-democrata de que fala Reis (2010) se torna algo intrincado. Talvez a realidade mineira possa levantar maiores esperanças nesse sentido, dado o perfil maleável de Aécio Neves e o histórico recente de bom relacionamento entre os diretórios estaduais do PT e do PSDB (ou ao menos entre algumas das lideranças mais importantes de um e outro). No entanto, o PSDB paulista parece pouco disposto a seguir a trilha aecista, o que aponta para um duro embate no início de 2011, quando a direção nacional da sigla será renovada. A campanha de Serra não investiu apenas no “bom-

⁵ Foi no Congresso realizado na cidade de Bad Godesberg, em 1959, que o SPD (Partido Social-Democrata Alemão) retirou o ideário marxista de seu programa.

⁶ Entrevista ao jornal Brasil Econômico, de 7 de outubro de 2010 (disponível em: http://www.brasileconomico.com.br/noticias/psdb-deixou-que-o-pt-encampasse-suas-bandeiras_92570.html).

“mocismo” de que fala Jaguaribe: uma versão carola da “banda de música” udenista tomou a frente da campanha, com um discurso com fortes matizes conservadores – coroado com o pronunciamento do candidato após o resultado final, decretando que uma “trincheira em defesa da liberdade e da democracia” havia sido cavada. O apelo religioso não surpreendeu quem acompanha de perto a política paulista, que a partir da morte de Mário Covas, passou a ser dominada por alas do PSDB intimamente ligadas a setores do catolicismo bastante conservadores e com ampla inserção em todos os estratos sociais, mas sobretudo na classe média do interior – sendo a midiática Canção Nova apenas o maior dentre tais movimentos. Assim, se o PFL/DEM tomou explicitamente como modelo, em seu processo de refundação, o Partido Conservador inglês, Serra e Alckmin, em sua opção de levar o PSDB à direita, parecem se inspirar em algo como o Partido Popular espanhol, do ex-primeiro-ministro José María Aznar, agremiação que reúne o entulho mais obscurantista que restou do franquismo.

O futuro do *New Deal* de que fala André Singer, ou da arena social-democrata apontada por Fábio Wanderley Reis, passa necessariamente pelo resultado do confronto interno do PSDB, decisivo para a reconfiguração do programa e da identidade partidárias. Passa também pelo *aggiornamento* do PT, transformando-o em um partido capaz de defender tais bandeiras moderadas *mesmo* (e *principalmente*) quando não estiver mais na liderança do governo federal. E passa, é claro, pelas estratégias e pelo senso de responsabilidade das duas forças que comandam o processo político brasileiro atualmente.

Referências bibliográficas

- REIS, Fábio Wanderley. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 87, p. 61-75, 2010.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: EdUFSCar / FAPESP, 2010.
- SAMUELS, David. A Evolução do Petismo (2002-2008). *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 302-318, 2008.
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 85, p. 83-102, 2009.
- VEIGA, Luciana. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 340-365, 2007.

JOVENS ELEITORES: DECIFRA-ME OU TE DEVORO

Young voters: decipher me or I will devour you

Helcimara Telles

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

✉ mara-telles@uol.com.br

Jovens ainda são, para a ciência política, uma incógnita. Os jovens possuem comportamento político que os distinguem de outros segmentos do eleitorado? A identidade como grupo é condição suficiente para promover a mesma decisão de voto? As condutas dos jovens são influenciadas por seus valores, crenças e orientações políticas? Para objetar a estas questões, foi realizado um *survey* com os jovens de Belo Horizonte, no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010. As entrevistas (500) foram realizadas *vis a vis*, entre 11 a 14 de setembro de 2010.

De acordo com a corrente sociológica, o eleitor votaria com o seu grupo. O voto é, portanto, uma decisão coletiva. A sociologia eleitoral apresenta três tipos principais de grupos de influência – o categórico, o secundário e o primário. O grupo categórico se refere a determinadas divisões sociais nas quais os indivíduos não possuem uma identificação consciente, objetividade política organizada ou fins específicos. Porém, seus membros são unidos em função de determinados aspectos como sexo, faixa etária ou condição educacional. A partir disso, emergem preferências políticas, que potencialmente podem ser exploradas pelas campanhas eleitorais.

De modo diferente, a corrente psicosociológica argumenta que a identidade coletiva não seria condição suficiente para modelar as condutas. Para além dos grupos, os indivíduos possuem valores e crenças peculiares que, apesar de serem influenciadas pelas estruturas, não são compartilhadas igualmente por todos os membros de um mesmo grupo. Assim, o ato de votar

ou participar decorre da centralidade do indivíduo e os mecanismos de coação psicológica, lógica e social afetam as escolhas político-eleitorais e as condutas individuais. O mapa cognitivo do eleitor é complexo, pois as pessoas se relacionam com o mundo político de acordo com seus níveis de conceituação deste mundo.

A socialização em grupos primários e secundários deixa heranças que podem ser relevantes para a conduta política, entre as quais a religião e a preferência partidária. Em função do aumento do número de fiéis identificados com as Igrejas Evangélicas, estudos têm discutido a relevância do comportamento político deste grupo. Algumas características presentes nas filosofias pentecostais poderiam contribuir para produzir um cidadão do tipo delegativo, cujas características, entre outras, seriam as de ser fatalista em relação ao seu destino, combinado com uma visão de mundo autoritária, que apóia um Estado interventor nos direitos individuais (Almeida e Young, 2002). Nas eleições presidenciais realizadas em 2010, temas morais e religiosos foram fartamente explorados pelos candidatos, buscando contar com o apoio destes fiéis.

Em Belo Horizonte, observou-se grande crescimento dos pentecostais entre os jovens, com a conseqüente perda de espaço dos grupos católicos. Este fenômeno ocorre em um contexto de significativa adesão à religião: 70% dos jovens são favoráveis ao ensino religioso nas escolas e, para 81% deles, a religião é importante em suas vidas, ocupando lugar à frente da política. Caberia indagar se a religião influencia a percepção que os jovens têm do sistema político e quais seriam os seus efeitos sobre o comportamento político. A literatura descobriu que existe um componente da lealdade religiosa na conduta política, sobretudo no ato de votar, que leva *irmão a votar em irmão* (Pierucci & Prandi, 1995).

Os jovens pesquisados têm acesso livre à televisão e aos partidos políticos e podem participar de redes sociais, sem que para isso tenham que pedir permissão aos seus pais. Mas, na contramão do esperado pelos estrategistas de campanha, poucos deles (6%) se informaram sobre as eleições utilizando a Internet. A maioria seguiu as campanhas através de um canal convencional: a televisão e o horário gratuito de propaganda eleitoral. Apesar do maior acesso às informações, entre os jovens o interesse pela política é muito reduzido, mas cresce a valorização da religião – 82% deles se interessam pouco pela política, mas, 70% admitem o ensino religioso nas escolas, além de uma parcela significativa ter obtido experiência de participação através de associações religiosas.

A maioria dos jovens entrevistados se posicionou contrária à união civil entre pessoas do mesmo sexo e ficou dividida quanto à ocupação das terras improdutivas e a pena de morte. Houve um consenso desfavorável à liberalização da maconha e à eutanásia. Mas, eles aderem aos fundamentos da democracia representativa, ao crerem que sem partidos não há democracia, são contrários ao fechamento do Congresso e desfavoráveis ao controle da imprensa por parte do Estado. No entanto, criticam as instituições representativas – partidos políticos, Congresso Nacional e Assembléia Legislativa - de modo contundente. Estas casas de representação não foram capazes de produzir confiança nos jovens. Eles desconfiam dos representantes políticos, mas apostam nas Organizações Não-Governamentais e nas Igrejas e, se a participação política convencional e não-convencional é quase ausente, a vida privada possui valor substantivo: para 98% deles a família é muito importante e a violência é o principal objeto de suas preocupações.

Além de serem revelados indícios de conservadorismo moral, outra novidade neste segmento foi o surgimento de valores pós-materialistas, como o principal fundamento da ação do governo. Mais de 60% deles acham que a ação governamental deve ser no sentido de aumentar a participação, promover o desenvolvimento auto-sustentável e manter o meio ambiente equilibrado. Os valores materialistas, medidos pela escala de Inglehart (1989), tais como políticas governamentais de metas antiinflacionárias e a manutenção da ordem, não tiveram muita acolhida entre os jovens.

A introdução da pauta ambientalista pode ser confirmada por uma simpatia pelo Partido Verde (8,6%), muito maior do que a encontrada na média do eleitorado de outros estratos etários. Não obstante, o Partido dos Trabalhadores (PT) é o partido com maior penetração entre os jovens da cidade, alcançando 23% de preferência e simpatia. Isso talvez possa ser um espólio familiar, pois algumas correntes teóricas argumentam que se herda identidade partidária assim como se herda a religião. Não se descarta que esta simpatia pelo PT possa ser em parte, efeito das políticas públicas executadas pelo governo federal, como o REUNI e PROUNI, que expandiram o acesso à educação de milhares de jovens, aumentando as suas expectativas de mobilidade e ascensão social.

Em relação ao voto, pôde-se observar que não havia um candidato a presidente majoritário, apesar de a petista ter sido a preferida pelos jovens da cidade. No momento em que a pesquisa foi realizada, Dilma (PT) possuía 37% dos votos dos jovens, José Serra (PSDB) 23% e Marina da Silva (PV), com 21%, estava em situação de empate técnico com o *tucano*. Isso já

demonstrava o potencial de crescimento da candidata verde, o que não foi levado em conta pelos analistas do PT, que apostavam que o eleitor seria guiado exclusivamente pelo voto retrospectivo e econômico. Nos primeiros testes estatísticos realizados, notou-se que Dilma Roussef de fato tinha forte base social entre os jovens mais pobres, mas Marina Silva se destacava por ter sua votação mais associada a dois segmentos distintos: os evangélicos pentecostais e os portadores de valores pós-materialistas.

A despeito da incorporação dos valores pós-materialistas e da valorização dos direitos políticos por parte dos jovens, isso não foi suficiente para promover a percepção da democracia como espaço da diversidade. E, se não é possível afirmar que desconfiança no sistema político produza rupturas no regime democrático, esta descrença no mínimo restringe a qualidade da representação política, na medida em que as escolhas dos representantes políticos do futuro passam a ser determinadas ao acaso.

Os jovens não podem ser tratados como categoria homogênea. Mas, algumas atitudes encontradas são similares, como a indiferença destes eleitores com a política, a dificuldade para lidar com a alteridade e a desconfiança nas instituições. Muitas pesquisas devem ser realizadas para responder sobre as razões que levam a estas atitudes. Para isso, seria importante que considerassem em suas explicações as dimensões da subjetividade, encontradas tanto na ciência política quanto na antropologia, inserindo os valores como um dos eixos que podem render análises mais completas sobre a conduta política. Todavia, ainda que sumárias e incompletas, apontaremos algumas interpretações sobre os fenômenos abordados.

Primeiro, deve ser situada a atmosfera sob a qual os jovens observam a política. Esta nova geração é herdeira de outras que promoveram os embates políticos de maio de 1968, mobilizaram pelo retorno à democracia, ocuparam as ruas com as caras pintadas e aprovaram a estabilidade econômica trazida pelo Plano Real. Os jovens pesquisados, na faixa de 18 a 24 anos, foram socializados em um ambiente muito distinto daquele dos anos de autoritarismo e de instabilidade econômica. Elevados a melhores condições econômicas e melhor incluídos no mercado, poucos deles experimentaram diretamente as fortes crises que marcaram as décadas dos 80 e 90. A maior parte dos eleitores jovens teve sua primeira participação eleitoral em 2006, sob o signo do continuísmo político, e muitos deram seu primeiro voto para um presidente situado à esquerda.

Os eleitores jovens não foram expostos a uma experiência que lhes permitisse comparar as diferenças entre estarem sob um regime autoritário ou

democrático, sob um governo de centro-esquerda ou centro-direita, além de desconhecera intensos sobressaltos econômicos. Distantes do cenário de crises econômicas, dispo de maior volume de informações, este segmento passou a realizar contatos virtuais e a acessar outras redes sociais, disponibilizadas pelos avanços tecnológicos. Eles incorporaram debates das gerações anteriores, descartaram outros e estão propondo novos valores.

Esta é a geração que vai mandar no país nos próximos anos e, por isso, dela se espera muito. Por enquanto, os jovens são somente uma promessa para um país que propaga o crescimento econômico e que podem vir a fazer parte de uma nova classe média, cuja conduta ainda é uma incógnita. E, além disso, o que mais? O próximo governo não poderá perder de vista a preocupação com a manutenção da estabilidade econômica e com as políticas de inclusão destes jovens no mercado. Mas, seria bem-vinda uma reflexão acerca das razões pelas quais a promoção destas políticas não tem produzido nem a integração dos jovens ao circuito político, nem a valorização da esfera pública e dos espaços de participação, como tampouco tem incidido sobre a aceitação da diversidade.

Este é um dos desafios trazidos para a nova presidente, eleita durante uma campanha que demonstrou explicitamente que existem conflitos de valores na sociedade e que as ideologias não estão mortas. Jogar este debate para debaixo do tapete pode manter as coisas como estão e produzir governabilidade. Mas, certamente, os temas não respondidos durante a campanha de 2010 retornarão, proximamente, à pauta. Ninguém duvida mais que o Brasil seguirá mudando, mas esta mudança tardia impõe também uma reflexão sobre os denominados direitos da quarta geração e sobre os valores que estão emergindo ou que foram revelados. Conquista-me, decifra-me ou te devoro. Este é o recado que os jovens deixaram. Fechadas as urnas, resta agora entendê-lo.

Bibliografia

- ALMEIDA, Alberto; YOUNG, Clifford (2002). As bases ideológicas do comportamento eleitoral. *Paper Apresentado no 3. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Niterói.
- BOHN, Simone R (2004). Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública* [on-line]. 2004, vol.10, n.2, p. 288-338.
- BORBA, Julian e RIBEIRO, Ednaldo. (2010). Participação convencional e não-convencional na América Latina. *Revista Latino-Americana de Opinión Pública*. Buenos Aires, p. 53 - 77
- INGLEHART, R (1998). *Modernización y postmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: CIS/Siglo XXI
- PIERUCCI, A. F. O.; PRANDI, J. R. (1995). Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. *Opinião Pública*, 3 (1), p. 20-43.
- TELLES, Helcimara e DIAS, Mariana (2011). Condutas políticas, valores e voto dos eleitores jovens de Belo Horizonte. *Revista do Legislativo*. Belo Horizonte. (artigo aceito para publicação)

Notas Técnicas

Projeto Edital FAPEMIG – Universal/ 2008
Opinião Pública: Partidos Políticos e Comportamento Eleitoral
Sub-Projeto: Juventude, Participação e Voto

Parceria: UFMG /IPESPE /ONG Democracia Ativa

Metodologia

Entrevistas (survey) vis a vis, realizadas entre 11 a 14 de setembro de 2010, na cidade de Belo Horizonte, todas regionais administrativas, mínimo de 5 bairros por regional.

Amostra: Jovens eleitores de 18 a 24 anos – 500 entrevistas; Cotas: Sexo, Idade, Regional, Classe Social (Critério Brasil)

Margem de erro 4.5; intervalo de confiança 95%.

Coleta de dados: Agência Press

Equipe:

Aline Burni, bolsista FAPEMIG
Mariana Dias, bolsista IPESPE
Renato Melo, bolsista IPESPE

ELEIÇÕES 2010: POUCA COISA MUDOU

The 2010 elections: few things changed

Carlos Ranulfo Melo

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

✉ ranulfo@fafich.ufmg.br

O Brasil que emergiu das urnas no mês de outubro passado é muito parecido com aquele de 2006. O resultado reflete uma sensível estabilização do sistema partidário. Uma estabilidade obtida, em boa parte, graças ao padrão de interação adquirido pela disputa presidencial. Nas seis eleições disputadas desde 1989, apenas PT e PSDB estiveram presentes em todas e, a partir de 1994, estes dois partidos conseguiram imprimir uma dinâmica bipartidária ao pleito, conquistando, juntos, em média 81,9% dos votos válidos. Agora, em 2010, alcançaram 79,5%.

Evidentemente, Dilma não é Lula, mas não ficou muito atrás no que se refere aos votos conquistados: foram 56,05% contra os 60,83% de 2006. E até onde tal afirmação pode ser feita apenas com base em dados agregados, o atual presidente transferiu, de forma maciça, o seu eleitorado para sua candidata. Como resultado, o mapa bicolor (vermelho/azul) do país é praticamente o mesmo nos dois momentos: agora como há quatro anos, o PT venceu em 16 unidades da federação e o PSDB em 11. O quadro só não é idêntico porque desta vez os petistas ganharam no Distrito Federal, que em 2006 havia ficado com Alckmin; mas, em compensação, perderam no Espírito Santo, que agora votou majoritariamente em Serra. A destacar também a reação do PT no Rio Grande do Sul, onde Lula havia perdido de muito em 2006; as urnas abertas em 31 de outubro registraram um quase empate, com 50,94% dos votos válidos para o candidato do PSDB.

Mas como é sabido, o “bipartidarismo” da disputa presidencial não se espalha para os demais níveis da competição partidária no Brasil. No caso do Congresso, que aqui interessa mais de perto, entram em ação outros fatores, responsáveis pela manutenção de um elevado número efetivo de partidos

legislativos. O “vilão”, no caso, não é apenas o sistema de representação proporcional. O fato é que, na ausência de um sistema partidário nacionalmente estruturado, – ou seja, em um sistema onde a força dos partidos varia, e muito, a depender do estado – mesmo uma casa como o Senado, eleita com base em um sistema majoritário, permite o ingresso de um grande número de partidos. Nossa câmara alta terá, em 2011, nada menos do que 15 legendas e um número efetivo de partidos nunca igualado: 7,6. A Câmara dos Deputados não deixou por menos; bateu seu recorde e em 2011 abrigará 22 siglas, gerando um número efetivo igual a 10,8. Como diria Lula, nunca antes neste país houve tamanha fragmentação no Congresso Nacional.

A alta taxa de fragmentação, como vários autores já cansaram de argumentar, não tem impedido o presidencialismo brasileiro de funcionar, mas obriga os presidentes eleitos a incorporar muitos partidos em suas coalizões, ampliando as concessões a serem feitas e tornando mais complexo o trabalho de coordenação da base legislativa no Congresso. Com Dilma não será diferente, mas a presidente eleita, pelo menos em princípio, trabalhará em melhores condições do que Lula.

Por um lado, aprofundando a tendência observada em 2006, a oposição teve sua força reduzida nas urnas. As bancadas do DEM e PSDB diminuíram sensivelmente no Senado, tendo como referência o quadro atual os dois partidos perderam 11 votos, recuando de 29 para 18 cadeiras. Na Câmara o recuo foi relativamente menor. Os dois partidos, somados ao PPS, viram sua força cair de 130 para 108 deputados.

A situação, analisada em perspectiva, se revela mais complicada para o DEM, que nunca se saiu tal mal nas eleições para o Congresso. O partido, que entre 1986 e 2006 conquistou em média 21% das cadeiras em disputa no Senado, desta vez teve que se contentar com apenas 3,7% das vagas. Na Câmara, o Democratas elegeu 8,4% dos deputados, bem abaixo de seu desempenho médio no período citado acima, que foi de 16,5%.

O recuo tucano foi consideravelmente menor. No Senado, o partido conquistou 9,3% das vagas em disputa em 2010, enquanto a média para o período 1990/2006 foi de 16,5%. Na Câmara, a média foi de 14,0% das cadeiras: para o próximo período legislativo o partido garantiu 10,3% das vagas. Além de menor, o recuo do PSDB, ao contrário do que aconteceu com o DEM, foi compensado pelo excelente desempenho nas eleições para os governos estaduais. Ainda que o acúmulo de forças nos estados não se reverta em maior poder de fogo no Congresso – como se sabe, a tese de que os governadores controlam “suas” bancadas não possui sustentação empírica – o crescimento de seis para oito governadores, e em especial a manutenção de São Paulo e de Minas Gerais,

contribui para que a legenda tenha acesso a recursos importantes para a travessia de mais um período na oposição.

Por outro lado, a coligação eleitoral que sustentou a presidente eleita conquistou 311 cadeiras na Câmara (60,6%) e 38 no Senado (70,5%). Considerando os senadores remanescentes – que possuem mandato até 2014 – os partidos coligados contarão com 49 votos na casa (60,5%). Embora os partidos de esquerda (PT, PSB, PDT e PC do B) tenham crescido em relação a 2006, seu desempenho ficou um pouco abaixo do revelado pelos seus parceiros de centro-direita (PMDB, PR, PRB, PSC e PTC). Enquanto o primeiro bloco conquistou 28,4% das vagas na Câmara e 31,5% no Senado, o segundo elegeu 32,0% dos deputados e 38,9% dos senadores.

Não obstante, analisados os partidos isoladamente e considerando-se o resultado global das eleições, é correto dizer que PT e PSB se saíram melhor do que seus aliados. Os petistas conseguiram reeditar, nas duas casas, o desempenho de 2002, depois de sofrerem um recuo sensível em 2006. Além disso, recuperaram estados importantes, como o Distrito Federal e o emblemático Rio Grande do Sul. O crescimento do PSB foi menor no Congresso, mas o partido foi muito bem sucedido em sua estratégia de firmar-se nas disputas majoritárias no Nordeste – juntamente com o PT, o partido é diretamente responsável pelo definhamento do DEM naquela que até poucos anos era sua principal base eleitoral. Os socialistas conquistaram quatro dos nove governos da região além de no cômputo geral saírem das urnas como a segunda legenda em número de governadores eleitos (seis). O PMDB, por sua vez, saiu das urnas menor do que entrou. Manteve a bancada no Senado, mas perdeu deputados e governadores – neste último caso, se a comparação for feita com 2002, o recuo foi maior no Sul, região onde o partido havia eleito os três governadores.

Voltemos ao Congresso. Como sua coligação eleitoral obteve maioria qualificada nas duas casas, Dilma teria duas opções para a montagem do governo. Seria possível trabalhar com uma coalizão mais enxuta do que a atual, abrindo mão dos partidos que se colocam mais à direita – o PP e o PTB. O primeiro só apoiou a petista no segundo turno e o segundo integrou a chapa de Serra. Fossem os partidos brasileiros dotados de um grau de disciplina semelhante ao verificado nos países parlamentaristas, não haveria o que discutir. Não se justificaria a expansão da base aliada para além da coligação eleitoral e o governo poderia trabalhar com um Ministério mais homogêneo do ponto de vista ideológico. O problema é que as contas podem não fechar e o número de deputados e/ou senadores dispostos a bancar o governo pode se revelar menor do que a soma das bancadas leva a crer. De acordo com os dados disponibilizados pela literatura para o período que se estende desde o início dos

anos 1990¹, apenas os deputados do PT e do PC do B apresentam uma taxa média de disciplina acima de 95%. No caso do PSB e do PDT, a lealdade ao partido fica em torno de 90%, enquanto no PR e no PMDB, 15% dos deputados costumam não seguir o líder – comportamento que pode se esperar para o PSC e o PRB, partidos para os quais não se possuem informações sistematizadas. No Senado, a taxa de disciplina do PDT cai para 85% e a do PMDB, para 83%.

A possibilidade de defecções, somada a eventuais dificuldades na mobilização dos legisladores, é o que faz com que se possa pensar em conservar a base aliada nos moldes atuais, trabalhando com uma coalizão super dimensionada: a manutenção do PP e PTB fará com que a base do governo na Câmara chegue a 373 deputados (72,7%) e a 60 senadores (74%). Como não existe apoio gratuito e como não são necessários mais do que 60% dos votos para tocar a agenda presidencial, qualquer que seja ela, torna-se evidente que esta segunda opção traz consigo, no mínimo, um componente de ineficácia. Quanto mais ampla e mais heterogênea a coalizão, maiores as chances de que os problemas daí advindos ultrapassem a vantagem representada pela folga numérica.

Seja como for, retomando as palavras iniciais deste texto, o quadro geral é de estabilidade. Uma estabilidade, é claro, à brasileira – sujeita a chuvas e trovoadas ocasionais. Dentre as questões que o resultado das urnas deixa em aberto, três merecem ser citadas, ainda que não seja possível discuti-las neste momento. Em primeiro lugar, trata-se de saber se, no plano da disputa presidencial, o resultado obtido por Marina Silva indica a possibilidade de que seja rompida a polarização PT/PSDB já em 2014. Em segundo, será preciso aguardar como se desenvolverá a disputa interna no PSDB. E, finalmente, cabe perguntar o que será do DEM, transformado em partido de porte médio, sem possibilidade de nova “refundação” e às voltas com sérias divergências internas.

¹ Ver, por exemplo, Miranda, Geralda (2009). “A influência da dinâmica federal sobre o comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal”. **Dados**, vol. 54 (4)
Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.11, p. 28-31, nov. 2010.

SÓ FALTA ULTRAPASSAR AGORA A BARREIRA RACIAL

It's now necessary to overcome the racial barrier

Cloves Luiz Pereira Oliveira
Universidade Federal da Bahia – UFBA
✉ clovis.27@hotmail.com

Na história brasileira, e em certa medida na maioria dos países sul-americanos, os Estados Unidos sempre serviram como uma das principais referências para avaliarmos nosso padrão de relações raciais. Desde os anos 1930, sobretudo após publicação do clássico *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, um discurso hegemônico sempre representou nosso país como um paraíso racial, enquanto os Estados Unidos eram descritos como um inferno, pelo fato de lá, até os anos 1960, existirem severas leis de segregação racial e/ou extensivos preconceitos e racismos entre brancos, negros, mexicanos, judeus, etc., mas, sobretudo, preconceitos da elite branca contra os negros e os mexicanos. O racismo dos brancos contra os negros, então, sempre foi visto por nós como algo repudiável. Este jogo de espelhos consecutivamente ajudou o Brasil a formar uma auto-imagem positiva e a demonizar outros países nos quais podiam ser encontrados esses tipos de políticas e conflitos raciais explícitos.

Com o advento das transformações nas relações raciais americanas nas últimas duas décadas, como mostra a expressiva presença de afro-americanos nos principais cargos políticos do seu país, como o general Colin Powell e a ex-Secretária de Estado Condoleezza Rice, e, recentemente, a eleição do democrata Barack Obama para presidente do país, somos obrigados a não somente ficarmos admirados com o que está acontecendo lá, mas, principalmente, a avaliarmos porque

a despeito de nos sentirmos um país que não leva em consideração a cor da pele para julgarmos os méritos das pessoas - persiste na sociedade brasileira os mesmos padrões de desigualdade racial entre brancos e negros que encontrávamos há mais de meio século. Se os Estados Unidos romperam com os privilégios dos brancos de disputar e ocupar o mais alto cargo de poder político da sua nação, devemos, então, nos perguntar quando algo semelhante acontecerá no Brasil. A questão que se impõe para nós é saber quando veremos um político negro receber **efetivo** apoio partidário, das elites e dos intelectuais, para alavancar uma candidatura que possa brigar, em pé de igualdade, pela presidência da república.

Realmente é inegável a desigualdade entre brancos e negros no que se refere ao acesso aos cargos políticos e eleitorais, tanto hoje como ontem. Observa-se que quanto mais alto o cargo, mais raro é encontramos negros como titulares desses postos. Isto significa que as chances de sucesso dos negros variam em função de qual cargo está em disputa: se municipal, estadual ou federal, executivo ou legislativo. Hoje, pode-se encontrar expressivo número de negros na cadeira de vereador, em geral, e à frente de prefeituras dos pequenos municípios, principalmente em locais com grande número de negros na população. De acordo com um levantamento do Datafolha, do período de 1998-2002, no Congresso Nacional, dos 513 deputados federais apenas 73 eram negros e dos 81 senadores, apenas 09 eram negros. Ou seja, o contingente de parlamentares negros na Câmara é da ordem de 14,2% e no Senado de 11,1%. Lembremos que no caso do Senado, nas legislaturas dos anos 1980 e 1990, um ou dois políticos negros conseguiam tornar-se membro dessa casa. Observando a presença dos negros nas assembleias do estado de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia durante a legislatura de 2002, a percentagem desse contingente oscilava de 3,1%, em São Paulo, até 11,1%, na Bahia. Em termos absolutos, por exemplo, apenas 03 dentre os 94 deputados estaduais paulistas eram negros, e somente 07 dos 63 membros da Assembleia Legislativa baiana podiam ser considerados negros. Em linhas gerais, usualmente os parlamentares negros representam algo em torno de 10% dos quadros das casas legislativas estaduais. Mas não devemos tomar esses números como algo imutável.

Vale destacar que a cidade de Salvador tem assistido, desde 1988, um crescente aumento da participação de negros na Câmara Municipal. Em 1988, os negros constituíam apenas 11,4% dos vereadores, no pleito de 1992 saltou para 34,3%, mantendo este mesmo percentual de participação na legislatura de 1996. Finalmente, as eleições municipais de 2000 revelaram-se muito frutíferas para os candidatos negros, que passaram, assim, a constituir quase metade da Câmara. Esse padrão tem se mantido nas duas últimas legislaturas. O dado curioso é que os políticos negros eleitos em Salvador são oriundos de todos os matizes ideológicos (direta, esquerda e centro) e todos os estratos sociais. Contudo, o traço característico do perfil dos políticos negros baianos é a tendência de serem oriundos de movimentos sociais, sindicais e igrejas evangélicas.

Dentre os obstáculos que comumente os candidatos negros enfrentam para se eleger para cargos executivos e legislativos podemos destacar pelos menos quatro. Primeiramente, as dificuldades para levantar recursos para financiar as campanhas, uma vez que eles não têm trânsito livre nas redes de lobbies e aos grandes empresários, devido ao fato de pertencerem, freqüentemente, aos estratos da classe trabalhadora, serem funcionários públicos, sindicalistas, etc. Segundo, os embaraços para conquistar o apoio político dos caciques dos partidos, os quais poderiam lhes garantir os apoios logísticos dessas organizações para desenvolver suas campanhas. Não se observa discriminações dos partidos nas concessões de legendas, isto pode ser explicado pelo interesse dos partidos de usar muitas candidaturas como estratégia para aumentar o lastro de votos da agremiação para fortalecer a legenda, e assim garantir mais cadeiras. Terceiro, os obstáculos para entrar numa arena muito competitiva que envolve a participação de centenas de concorrente de diversos partidos, como também do seu próprio partido. Por fim, os desafios para construir uma imagem positiva junto ao eleitorado, de maneira a se contrapor a plêiade de representações negativas contra os negros.

Mas os obstáculos para os políticos negros não cessam quando um deles finalmente conquista um cargo. Nota-se que o exercício do seu mandato também é marcado por constrangimentos e problemas que parece não envolver tanto os seus colegas brancos. Dificuldades de conquistar os altos cargos da administração das casas legislativas, tais como: presidências, secretarias e lideranças de comissões mais

importantes. Problemas para ascender na hierarquia dos cargos políticos, com uma grande tendência a estagnar a trajetória política no cargo de vereador, sem sucesso nas tentativas de galgar a cadeira de deputado estadual ou federal, muito menos os cargos de prefeito e governador.

Em resumo: quanto mais alto o cargo, menores são as chances de se encontrar um político negro exercendo o mesmo. As disputas para os cargos parlamentares (nas câmaras municipais e assembleias legislativas) têm oferecido mais chances de sucesso para um expressivo contingente de políticos negros que as eleições para prefeito de grandes cidades e governador, pois eles têm conseguido converter o capital político construído em militâncias junto a movimentos sociais, movimentos sindicais, corporações profissionais, bairros e comunidades religiosas em votos. Quando se trata das disputas para cargos majoritários em grandes cidades e capitais os interesses em jogo são mais amplos e se estendem além dos horizontes das comunidades que impulsionaram a sua ascensão política. São as disputas entre as lideranças partidárias, as divergências político-ideológicas, as dificuldades de se mostrarem confiáveis e competentes frente aos vários grupos da sociedade, principalmente às elites. Neste contexto, a identidade negra constitui-se num obstáculo na medida em que ela requer dos políticos negros cuidados especiais na definição das suas estratégias de campanha, notadamente na definição da sua imagem, das propostas políticas e dos públicos aos quais destinaram seus apelos para conquista do voto. Neste sentido, a imprensa se constitui num adversário extraordinário para os candidatos negros, pois é ela que, na veiculação das materiais sobre os candidatos, lembra, enfaticamente, aos (e)leitores que o candidato é negro, reportando sempre a sua cor como algo relevante; postura que não se observa quando se trata de um candidato branco.

Observando-se a experiência da eleição de Celso Pitta para prefeito de São Paulo percebe-se que o sucesso eleitoral de um candidato negro depende, em grande medida, da natureza do apoio que ele recebe do seu partido, dos recursos financeiros e logísticos de que ele dispõe para desenvolver a sua campanha, das características do colégio eleitoral no qual esta concorrendo no que se refere à composição racial, características sócio-econômicas da população, cultura política local e genealogia das disputas político-partidárias. Todos estes elementos

apresentaram-se favoráveis para Celso Pitta na sua disputa para nada menos que a prefeitura da maior cidade do país em 1996. Desta forma, vemos que não faz mais sentido aceitarmos passivamente as expressões que afirmam que "negro não vota em negro". As experiências das eleições de Alceu Colares e Albuino Azeredo para governadores do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo, no pleito de 1990, são provas suficientes de que este "dito popular" está equivocado.

Assim, vislumbra-se que a tendência seja de crescimento do número de negros no poder no Brasil. Os partidos têm se mostrado sensíveis às propostas voltadas à população afro-descendente, incorporando as suas agendas, uma vez que já descobriram o potencial eleitoral dessas propostas, mesmo quando não estão sendo representados por um candidato negro. Os eleitores, por sua vez, têm se mostrado menos influenciados pelos preconceitos raciais e têm utilizado outros parâmetros para julgar as qualidades dos candidatos, como atesta a eleição de Celso Pitta à prefeitura de São Paulo, em 1996. Os líderes negros têm se mostrado menos intimidados a se lançarem na política partidária e nas corridas eleitorais.

A eleição de um líder sindical para a presidência da república em 2002 quebrou o modelo de recrutamento que privilegiava os bacharéis. A recente vitória de Dilma colocou em *xeque-mate* a prerrogativa dos homens de serem os chefes da nação. Nesse passo, nosso próximo desafio é superarmos a barreira racial e elegermos um(a) presidente negro(a).

DEMOCRACIA E CONFIANÇA: POR QUE OS CIDADÃOS DESCONFIAM DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS?

Democracy and trust: Why citizens are suspicious of public institutions?

Kátia Gontijo Ferreira

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

✉ gontijoferreira@gmail.com

O livro organizado por José Álvaro Moisés, *Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?* fornece ao leitor um modelo explicativo do comportamento eleitoral brasileiro no que tange ao fenômeno da confiança ou desconfiança do eleitor e as conseqüências que isso leva para a qualidade da democracia.

O livro é dividido em introdução, seguida de quatro capítulos nos quais os autores se mobilizam para disponibilizar recursos cognitivos necessários para analisar a qualidade das complexas decisões políticas e como elas afetam a vida social e política dentro de um Estado Democrático de Direito. Os autores discutem o grau de confiança e desconfiança nas instituições públicas para a qualidade do regime de novas democracias. Eles tratam, especificamente, do Brasil, Coréia do Sul e México.

O primeiro artigo do livro, qual seja, a introdução, escrito por José Álvaro Moisés, tem como tema: *A Confiança e seus efeitos Sobre as Instituições Democráticas*. O autor nos remete ao conceito tanto comum como empírico do termo Confiança. No cotidiano, a confiança é “algo que se refere à crença das pessoas na ação futura dos outros (...)” (Moisés, p.9, 2010). De acordo com Moisés, parte da literatura classificou a confiança como “um bem essencial para o sucesso da governança democrática” (p.11, 2010), abordando o tema “capital de governança”, como um facilitador de decisões.

O segundo artigo, escrito por Leonardo Molino: *Teoria da Democratização, Qualidade de Democracia e Pesquisa de Opinião: Ainda em mesas separadas?*, discute os

Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.11, p. 37-41, nov. 2010.

avanços da teoria da democratização, em especial nas últimas quatro décadas, e sua relação com as abordagens feitas em pesquisa de opinião. Isso está demonstrado pelo autor, que procura analisar a dimensão dos *surveys*, e qual seria a relevância dela para um futuro próximo, para a análise política contemporânea no desenvolvimento da teoria da democratização.

Relevante a análise final feita por Molina no estudo das pesquisas, a saber: “Contudo, quando queremos pesquisar empiricamente a qualidade da democracia e consideramos as dimensões analíticas fundamentais dessa análise, como a *accountability* e a *responsividade* políticas, crenças, valores, comportamentos e aspectos culturais mais gerais não podem mais ser ignorados.” (MOISÉS, p.41, 2010).

A primeira seção encerra com o capítulo de José Álvaro Moisés. O autor examina a relevância do conceito de confiança. O conceito de confiança e desconfiança nas instituições públicas e a repercussão nas urnas está claramente definido no texto introdutório escrito por Moisés: *A Confiança e os seus Efeitos sobre as Instituições Democráticas*. A confiança traduz a expectativa quanto à probabilidade de o sistema político produzir os resultados esperados pelos cidadãos. É a capacidade da democracia de realizar interesses e preferências das pessoas. A confiança dos cidadãos dependeria, dessa maneira, da coerência das instituições quanto à sua justificação normativa, portanto, “a percepção dos cidadãos a respeito das orientações normativas das instituições, decorrente da sua experiência prática com elas, e esses seriam fatores decisivos de determinação de confiança.” (Moisés, p.54, 2010). Dessa maneira, o julgamento do cidadão para confiar ou não nas instituições só dependeria do desempenho delas mesmas. O autor divide a confiança em: social, política, legitimidade política e experiência.

Para justificar seus estudos, Moisés faz uma análise de autores como Max Weber, por ser este uma referência na distinção entre poder e autoridade. O primeiro aspecto que levaria o cidadão a confiar seria a aceitação da autoridade em respeito à tradição; o segundo aspecto seriam as qualidades carismáticas, atribuídas a certas lideranças ou às idéias expressas por elas; a terceira seria o conformismo do cidadão que respeita as autoridades e instituições constituídas, legitimando essas autoridades e instituições. Para ele, o modelo analítico adequado para tratar o fenômeno da confiança envolve o estudo das variáveis de cultura política e as que analisam o desempenho das instituições.

A segunda seção do livro trata de quatro estudos de caso brasileiro. O capítulo que abre esta seção é também escrito por Moisés: *Cultura Política, Instituições e Democracia – Lições da Experiência Brasileira*. Nele, o autor examina as orientações dos brasileiros em relação ao aspecto da democracia, comparando

com outros dezessete países latino-americanos, colocando vários questionamentos como: “qual é o grau de adesão dos brasileiros ao regime democrático como um ideal e como um sistema prático?” (____, p.77, 2010). Ele analisa, ainda, o Latinobarômetro. Com efeito, a democracia é o regime político preferido pela maioria dos cidadãos na maior parte das regiões do mundo, nos últimos trinta anos.

O autor busca explicar em seu artigo os entendimentos de outros estudiosos como Dahl (1971), que tem uma abordagem procedimentalista (poliarquia) e de Schumpeter (1950) que trouxe a abordagem minimalista, sendo que vários autores definiram a democracia em termos de competição, participação e contestação pacífica ao poder. A *accountability* vertical é uma característica do regime democrático.

A cultura política se refere a uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos. Moisés acredita que a democracia possa conviver com baixos níveis de participação, atitudes de protestos e distanciamento em relação às autoridades. O artigo analisou também a insatisfação com a democracia e a desconfiança de instituições como os partidos e o Congresso Nacional.

Ao final, Moisés deixa uma análise: “Resta saber se esse processo de progressiva deslegitimação das instituições básicas da democracia representativa poderá ser usado, a médio ou longo prazos, para alimentar alternativas antidemocráticas.” (Moisés, p.116, 2010).

A seguir Raquel Meneguello traz o artigo: “*Aspecto do Desempenho Democrático: Estudo sobre a Adesão à Democracia e Avaliação do Regime*”. A autora reexamina a questão da adesão democrática a partir do desempenho do regime, analisando a noção da valorização da democracia entre os brasileiros e observando, ao longo do tempo, que os cidadãos estão se tornando cada vez mais críticos.

O artigo seguinte, *Democracia, Desconfiança Política e Insatisfação com o regime – O caso Brasil*, foi escrito por José Álvaro Moisés e por Gabriela Piquet Carneiro e chama a atenção para a natureza multidimensional da democracia, realizando uma análise dos efeitos da relação entre desconfiança política e insatisfação com o novo regime democrático brasileiro

O último capítulo dessa seção, escrito por Nuno Coimbra Mesquita, intitulado *Jornal Nacional, Democracia e Confiança nas Instituições Democráticas*, trata do papel da mídia, em especial do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. Ele analisa a percepção dos brasileiros sobre o caso “Mensalão” de 2005, utilizando as abordagens da agenda *setting e framing* e a análise de dados de um *survey* nacional sobre “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”. O que se

verificou no estudo de Mesquita é que, mesmo com as notícias negativas do Jornal Nacional sobre o caso envolvendo o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT (partido do presidente), as pessoas entrevistadas não deixaram de acreditar nas instituições e o resultado mais crítico foi nas classes que têm maior grau de instrução. Nessa conclusão, observa-se a importância de um meio de comunicação que, na verificação do autor, transmite credibilidade e é relevante para o processo democrático brasileiro.

O livro se encerra com a seção intitulada *Estudos comparativos: Europa do Sul e do Leste, México e Coréia do Sul*. São três textos que sintetizam, com maestria, a proposta apresentada. Os autores dessa seção examinam a situação de vários países que fazem parte da terceira e da quarta ondas de democratização.

O primeiro deles, *Confiança Institucional nas Novas Democracias Europeias: Outra Dimensão do Apoio Político?*, tem como autores Mariano Tocal e Lorenzo Brusattin. Eles propõem uma revisão da teoria eastoniana do apoio político e testam a validade de suas premissas com a análise dos dados da pesquisa *Values and Attitudes in the New European Democracies 2000-2002*.

Em *Determinantes e Conseqüências da Desconfiança no México*, Victor Manuel Durant Ponte examina o cenário político do país. Ao abrir o artigo, Ponte faz uma análise sobre a confiança nas instituições privadas e públicas e, ainda, sobre a confiança interpessoal que têm sido apontadas como um fator fundamental para explicar o tipo de desenvolvimento econômico e o sucesso de diferentes empreendimentos sociais e políticos, chamados de capital social (Rennó, 2001). Ele examina o cenário mexicano em sua dimensão mais nova de democracia, no qual a longa tradição autoritária ainda pode ser vista positivamente pelas pessoas e a democracia um ponto negativo, pois o regime democrático está, para uma maioria, associado à falta de confiança política das pessoas.

Ao concluir a sua contribuição, Durant Ponte dita que: “se, como afirmam os estudiosos do capital social, a confiança é um elemento fundamental, será preciso realizar um esforço muito grande ao México para transformar as estruturas verticais e autoritárias que engessam toda a sociedade, desde a família até o Estado, e, será preciso abandonar o império da desconfiança” (Moisés, p.266, 2010).

O último artigo deste capítulo é de Chong-Min Park e Doh Chull, intitulado *Apoio Popular à Democracia e Confiança Institucional na Coréia do Sul*. No início os autores já designam o país como sendo “uma das mais bem-sucedidas democracias de mercado da Ásia (Whitehead, 2002).” (Moisés, p.273, 2010). O artigo é baseado nos dados do Barômetro da Democracia da Coréia do Sul e do Barômetro da Ásia Oriental, coletados em 1996 e 2004. Pelos dados ficou

demonstrado que, em oito anos entre as duas pesquisas, houve uma oscilação quanto ao apoio dos cidadãos coreanos ao novo regime, pois havia uma percepção do desempenho dos novos governantes democráticos e o regime democrático como sendo um ideal de sistema de governo.

Conclusão

Os nove capítulos analisados na obra *Democracia e Confiança – Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?*, organizada por José Álvaro Moisés são, portanto, leitura obrigatória para quem estuda as democracias, em especial, as novas democracias, no que tange a confiança e desconfiança da população nesse regime de governo. A pesquisa revela uma predominância de fatores culturais, políticos e sociais para explicar a ocorrência dos processos contemporâneos democráticos.

MOISÉS, J. Á. *Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?*. São Paulo: Edusp, 2010.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Carlos Augusto da Silva Souza possui mestrado e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do RJ/TEC, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, geografia eleitoral, representação territorial, partidos políticos, competição política, eleições, desenvolvimento e urbanização na Amazônia.

Carlos Ranulfo Félix de Melo possui graduação em Geologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1981), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1994), doutorado em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999) e pós-doutorado na Universidade de Salamanca (2006/2007). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do Centro de Estudos Legislativos (CEL) da mesma universidade. Tem experiência em Teoria e Instituições Democráticas, atuando, principalmente, nos seguintes temas: partidos, câmara dos deputados, migração partidária, eleição presidencial e comportamento legislativo.

Cloves Luiz de Oliveira possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1988), mestrado em Sociologia pela University of Pittsburgh (1995) e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (2007). Atualmente, é professor adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana, pesquisador associado do Programa “A Cor da Bahia” da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Laboratório DOXA do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Possui experiência em Estudos Eleitorais e Partidos Políticos, atuando, principalmente, nos seguintes temas: comunicação política; participação política; raça, gênero e política; estratégias eleitorais.

Fabiano Santos possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1990) e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1994). Atualmente, faz parte de corpo editorial da *Plenarium*, da *El Debate Político* e do *Mosaico: Revista de Ciências*

Sociais. É presidente da Associação Brasileira de Ciência Política, e Professor/Pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui ênfase em Comportamento Político e atua, principalmente, no tema Teoria Política.

Helcimara de Souza Telles possui estágio pós-doutoral na Universidad de Salamanca (Espanha) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenadora da especialização em Marketing Político do DCP/UFMG e lidera o grupo de pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral", sediado na UFMG.

Kátia Ferreira Gontijo possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1999) e graduação em Jornalismo pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Belo Horizonte (1983). Pós-graduada em Formação Política e Econômica da Sociedade Brasileira e em Direito Público pela Newton Paiva. Atualmente, é professora assistente da UNIPAC/Betim, advogada da Morato&Gomes Advogados Associados e repórter/produtora da Rádio América.

Pedro Floriano Ribeiro é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com doutorado-sanduíche na Universidade de Salamanca / Instituto de Iberoamérica. Sua tese de doutorado recebeu o Prêmio CAPES de Teses 2009, e foi publicada como livro pela EdUFSCar/FAPESP (título: *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*). Foi professor da Universidade Federal de Goiás entre 2009 e 2010, e, atualmente, é docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar. Realiza suas pesquisas nas áreas de partidos políticos, eleições e comportamento político.